



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

08/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Prova de vida para segurados do INSS é suspensa até fim do ano

O presidente Jair Bolsonaro promulgou a lei que suspende, até 31 de dezembro de 2021, a comprovação de vida para os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida havia sido vetada por Bolsonaro na Lei 14.199, de 2 de setembro de 2021 que prevê meios alternativos para prova de vida, mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

A prova de vida é uma exigência para manutenção do benefício e o não cumprimento leva a sanções que podem chegar à suspensão do pagamento por falta de atualização cadastral.

Em 2020, a exigência da prova de vida foi suspensa em razão da pandemia de covid-19, mas retomada em junho deste ano. A medida afeta a vida de mais de 7,3 milhões de aposentados e pensionistas do INSS que, agora, não terão seus benefícios suspensos caso não façam o procedimento.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 08 de outubro.

Câmara aprova retorno de gestantes ao trabalho presencial após imunização contra Covid-19

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (6) o Projeto de Lei 2058/21, que estabelece medidas sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia, prevendo sua volta ao presencial após imunização. A proposta será enviada ao Senado.

De autoria do deputado Tiago Dimas (Solidariedade-TO), o texto muda a Lei 14.151/21, que garantiu o afastamento da gestante do trabalho presencial com remuneração integral durante a emergência de saúde pública do novo coronavírus.

Para a relatora, o texto garante o afastamento enquanto não há a proteção da imunização e também resolve o problema do setor produtivo. “Hoje, 100% está sendo pago pelo setor produtivo e, muitas vezes, o microempresário não tem condições de fazer esse pagamento. Várias mulheres querem retornar ao trabalho, pois muitas vezes elas têm uma perda salarial porque ganham comissão, hora extra”, disse Paula Belmonte.

O autor destacou as vantagens da solução encontrada. “O projeto assegura a saúde das gestantes e o afastamento dos casos necessários com sua renda integral, mas temos que tomar uma medida porque o empresário que está lá na ponta, tendo que garantir o salário do afastamento da gestante e contratando a substituta, não aguenta continuar pagando por isso”, ponderou Tiago Dimas.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de outubro.

Renda média atinge menor nível em quase 10 anos nas metrópoles do Brasil

No segundo trimestre de 2021, a renda domiciliar per capita do trabalho foi estimada em R\$ 1.326 nas regiões metropolitanas, uma baixa de 0,1% em relação aos três meses anteriores.

Um valor inferior a esse só foi verificado no começo da série histórica do estudo, no primeiro trimestre de 2012: R\$ 1.323.

O boletim utiliza microdados da pesquisa Pnad Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A renda domiciliar per capita corresponde ao rendimento total do trabalho dividido pela quantidade de pessoas em cada residência.

Na visão dos responsáveis pela pesquisa, os dados deixam claro que a atividade econômica e o mercado de trabalho ainda não ganharam a tração desejada nas regiões metropolitanas. O segundo trimestre de 2021 foi o sexto consecutivo de queda na média de rendimentos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 08 de outubro.

Consumo de energia elétrica no Brasil sobe 0,1% em setembro, diz CCEE

O consumo de energia elétrica no Brasil aumentou 0,1% em setembro na comparação com o mesmo mês de 2020, para 65.176 megawatts médios, de acordo com dados preliminares da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A demanda apurada confirma projeção para um segundo semestre de "consumo equilibrado", com índices de avanço menores do que os registrados na primeira metade do ano, afirmou a câmara em nota nesta quinta-feira (7).

O mercado livre, no qual grandes empresas e indústrias negociam contratos bilateralmente com geradoras ou comercializadoras, teve aumento de 6,8% no consumo. O segmento somou 22.417 MW médios no período.

Já o mercado regulado (ACR), que atende os consumidores de baixa tensão, como os residenciais, utilizou 42.759 MW médios, volume 3,1% menor na comparação anual.

Saiba mais em: aovivo.folha.uol.com.br, sexta-feira 08 de outubro.

Cesta básica dispara. Em SP, chega a R\$ 673,45

O custo de vida segue em alta. Segundo o Dieese, o custo médio da cesta básica, em setembro, aumentou em 11 cidades, conforme a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita em 17 Capitais. Aumento em Brasília foi de 3,88%; em SP, 3,53%.

SP – É a cesta mais cara: R\$ 673,45. Em seguida, Porto Alegre (R\$ 672,39), Florianópolis (R\$ 662,85) e Rio de Janeiro (R\$ 643,06). De setembro de 2020 a setembro de 2021, o preço dos alimentos básicos subiu em todas as Capitais: Brasília (38,56%), Campo Grande (28,01%), Porto Alegre (21,62%) e SP (19,54%).

Segundo o diretor-técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, a cesta básica aumenta conforme se acelera a inflação, turbinada principalmente pelo preço dos alimentos, combustíveis e energia elétrica. “No caso dos alimentos, dois fatores elevam o preço: a seca, que afeta produtos como feijão e hortaliças; e o câmbio, que puxa os alimentos referenciados pelo dólar, como soja, farinha de trigo, arroz e carne”, explica.

Preços elevados e salário archoado, diz Fausto, empurram o Brasil ao mapa da fome. Ele alerta: “Quase metade da população vive insegurança alimentar. E 20 milhões passam fome”.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de outubro.

Cadê os empregos da reforma trabalhista?

Quase quatro anos da famigerada reforma trabalhista que prometia gerar 2 milhões de empregos no país e o que é visto hoje está muito longe do prometido e era algo que sindicalistas já alertavam, que não é tirando direito dos trabalhadores que geraria empregos.

O que os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram é que o desemprego está maior. O último balanço divulgado pelo instituto mostra que a desocupação no Brasil é de 13,7%, o que representa 14,1 milhões de brasileiros.

O governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) quer tirar ainda mais direitos trabalhistas e tentou por duas vezes passar outras reformas trabalhistas. Recentemente propôs a criação de modalidade de trabalho sem carteira assinada e sem férias, 13º salário e FGTS.

O texto da reforma trabalhista de 2017 foi aprovado durante o governo do presidente Michel Temer, em julho daquele ano e entrou em vigor em novembro do mesmo ano.

Temer chegou a reconhecer no ano passado, que seus ministros superestimaram os números de geração de emprego na propaganda da reforma trabalhista.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de outubro.